


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: 0012855-70.2018.8.26.0037  
 Autor: Felipe Augusto Gonçalves Cezar  
 Réu: Art Nobre Eventos Ltda

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação rescisória, declaratória e condenatória, alegando que formalizou contrato de prestação de serviços para realização de sua formatura, mas que por dificuldades financeiras pretende a rescisão contratual. Afirma que lhe foi exigido o pagamento de multa, discordando da quantia exigida por ser excessiva. Requereu a procedência para decretar a rescisão do contrato, declarar abusiva a multa rescisória e obter condenação ao pagamento de R\$269,15.

A ré, apesar de devidamente citada, não compareceu à audiência de tentativa de conciliação (págs. 17/18).

A revelia provoca presunção de veracidade dos fatos, mas nem por isso a procedência é total, pois o art. 20 da Lei nº 9.099/95 ressalva que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados, “salvo se o contrário resultar da convicção do juiz”. E autorizada doutrina ensina que “...algumas vezes, mesmo com o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pelo autor, a ação é julgada improcedente, pois a pretensão do autor nem sempre encontra respaldo no direito” (Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: Saraiva, 13ª Ed., 2012, p. 177).

O autor pretende a rescisão contratual por não ter condições financeiras em arcar com o pagamento das parcelas previstas no instrumento para realização de seu formatura.

O contrato foi assinado em 15.05.2018 e o autor pagou apenas cinco parcelas, das cinquenta e uma estipuladas (quarenta e sete parcelas de R\$53,83 e quatro de R\$400,00: págs. 6/4).

Em razão de o requerente pleitear a desistência do contrato após o prazo de cento e oitenta dias antes do término do ano letivo da conclusão do curso, a ré lhe exigiu o pagamento da multa no importe de R\$2.469,03 (cláusula



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

5ª: págs. 3/4 e pág. 10), com a qual não concorda.

O autor celebrou contrato no ano de 2.015, pagou apenas cinco parcelas e em razão de sua situação financeira pretende a rescisão do contrato após três anos.

O que existe, na prática, é típica desistência, fundada em arrependimento. O autor celebrou o contrato e depois o considerou muito oneroso, ou inadequado, certamente por falta de uma avaliação mais precisa antes de aderir a ele.

A única hipótese de direito de desistência do contrato contemplada pelo Código de Defesa do Consumidor se encontra em seu art. 49, que permite a desistência do contrato, no prazo de sete dias, "nos casos em que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio". Não é o caso dos autos.

A multa rescisória, de natureza compensatória, tem previsão legal e sua contratação é lícita e justa, pois serve para ressarcimento de despesas geradas com a celebração do contrato e com a expectativa de execução contratual depois frustrada com a desistência. Só há um ajuste necessário.

Quando se vislumbrar ser excessiva, tendo em vista a natureza e a finalidade do negócio, a cláusula penal deve ser reduzida, inclusive de ofício, de acordo com o art. 413 do Código Civil. A aplicação deste dispositivo deve ainda se guiar por outro, próprio do sistema dos juizados: o art. 6º da Lei nº 9.099/95 ("O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum").

Considerando as circunstâncias já mencionadas, e o período de três anos de vigência do contrato, é bem razoável e justo limitar a multa compensatória em dez por cento do valor total do contrato (R\$4.130,00), ou seja, em R\$413,00. Mais que isso passará a ser multa desarrazoada e desproporcional, sem contraprestação pela empresa que assim justifique.

O autor, conforme declinou no termo de ajuizamento, pagou R\$269,15 (pág. 1 e pág. 14: cinco parcelas de R\$53,83).

Nesse sentido, o autor não faz jus ao recebimento de qualquer quantia, pois ainda existe saldo devedor em favor da ré no valor de R\$143,85, referente ao saldo residual da multa compensatória, a qual foi reduzida conforme acima fundamentado.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido para decretar a rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado entre as



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua dos Libaneses nº 1998, . - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraqjec@tjsp.jus.br

partes e reduzir a multa contratual para dez por cento do valor total do contrato, no equivalente a R\$413,00. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Int.

Araraquara, 04 de dezembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006